

Balanço dos trabalhos do Congresso em 90

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

O Congresso Nacional, a Câmara e o Senado apreciaram, neste ano, cerca de 1.320 matérias entre medidas provisórias, projetos de lei, pedidos de empréstimos de estados e municípios e até mesmo aprovações de nomeações de autoridades públicas pelo governo. Os números constam de levantamentos feitos pelas mesas das três Casas. Isoladamente, a Câmara e o Senado apreciaram cerca de 500 matérias cada. No Congresso, 232 proposições tiveram tramitação concluída.

Ag fazer um balanço das atividades legislativas, o presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), prefere não falar em números. "Essa legislatura será lembrada pela contribuição que deu à restauração democrática do País, com a votação da mais livre Constituição", diz ele. Eleito em 15 de novembro de 1986 e empossado três meses mais tarde, o Congresso que agora sai de cena dedicou aproximadamente dois anos de seus trabalhos à elaboração da atual Carta. "Essa Constituição é a que deu maior relevo ao problema do meio ambiente, da família e à recuperação das prerrogativas do Legislativo, Judiciário, além das conquistas sociais", comentou Carneiro.

Questionado sobre o fato de que a maior parte dos dispositivos constitucionais que necessitam de lei complementar para vigorar ainda não foi regulamentada, o presidente do Congresso afirmou que seria impossível fazer essa regulamentação em apenas dois anos. Levantamento divulgado pela assessoria técnica do Senado em setembro deste ano indicou que 372 dispositivos constitucionais fazem remissão à lei. Do total, 202 pontos estão regulamentados por leis anteriores à Carta. Tramitavam no Congresso, no período, cerca de 800 projetos normatizando 90% desses dispositivos. A assessoria informou, porém, que o atual Congresso havia regulamentado, até aquele mês, aproximadamente 10% dos pontos constitucionais que fazem remissão à lei.

Nelson Carneiro lembrou que, além da tarefa de fazer a atual Constituição, ocorreram três eleições durante os quatro anos que formaram esta legislatura: em 1988 para prefeitos, 1989 para presidente da República e, em outubro passado, para governadores e parlamentares. "Essas atividades reclamaram as presenças de muitos sena-

res em seus estados", afirmou. "Espero que nos próximos quatro anos muitas outras leis possam ser votadas", aposta Carneiro.

Mesmo assim, o senador acha que a Câmara e o Senado deram neste ano ao País uma legislação considerável. Levantamento feito até 6 de dezembro mostra que 495 matérias tramitaram na Câmara, tendo sido aprovados 136 projetos de lei complementar e 123 decretos legislativos.

No Senado, até novembro os levantamentos indicavam a aprovação de 130 projetos de lei, 64 projetos de decreto legislativo referentes a acordos internacionais e concessões de rádio e televisão, 62 projetos de resolução (que incluem empréstimos e rolagens de dívidas estaduais e municí-

pais), 55 indicações de autoridades, além de matérias referentes ao Distrito Federal. Levantamentos preliminares indicavam a apreciação de mais quase 60 matérias nos 15 primeiros dias do mês de dezembro. Não estão incluídos nesses números os trabalhos nas comissões técnicas.

Com relação ao Congresso, Carneiro ponderou que o "excessivo" número de medidas provisórias absorveu quase todo o trabalho daquela Casa. As sucessivas edições de medidas provisórias foram alvo de críticas de líderes partidários, como Euclides Scalco (PR), do PSDB. "Isso tumultuou o processo legislativo", afirmou ele, repetindo que o governo Collor editou, de março para cá, 142



Nelson Carneiro

medidas provisórias. Por esse motivo, ele acha que este ano foi de "muito trabalho" para o Congresso e pouco rendimento. Já o líder do governo, deputado

Humberto Souto (PFL-MG), afirmou que a medida provisória é um instrumento ágil e moderno e que, transformada em projeto de conversão, se iguala a um projeto de lei, em tramitação mais ágil.

Levantamento feito pela mesa mostrou que o Congresso apreciou neste ano 160 medidas provisórias (há três ainda em tramitação). Algumas delas do governo Sarney. Do total, 40 foram aprovadas e encaminhadas à sanção e 32 aprovadas e encaminhadas à promulgação. Apenas 3 foram rejeitadas, 72 perderam a eficácia, 5 não foram apreciadas por insubsistência e 8 foram revogadas pelo próprio governo. Dezesete vetos foram votados e mantidos pelo Congresso. Outros 40 ficaram para ser

apreciados no próximo ano. Foram aprovados ainda 51 projetos de lei (que englobam aberturas de crédito ao Executivo) e 2 projetos de resolução.

Segundo assessores da mesa da Câmara, tramitam hoje naquela Casa quase 3 mil projetos de lei. No Senado, não há um levantamento sobre esse número. Só que, quando o novo Congresso (renovado em 60% na Câmara e em um terço do Senado) tomar posse, em fevereiro próximo, grande parte dessas propostas terá sido arquivada, como normalmente ocorre de uma legislatura para outra. Somente serão mantidos os projetos vindos de outro poder ou aqueles com pareceres favoráveis das comissões técnicas.